

# Por um turismo “inclusivo” e “harmonioso”: reflexões sobre desenvolvimento à luz de Jost Krippendorf

Francisco Fransualdo de AZEVEDO<sup>1</sup>  
Michel Jairo Vieira DA SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo a seguir tem a pretensão de estudar o ideal de desenvolvimento em destinos turísticos a partir de reflexões do pesquisador Jost Krippendorf, dialogando também com outros autores nacionais e estrangeiros que discutem a interface turistificar e desenvolver-se. Estrutura-se a pesquisa fazendo no primeiro momento um panorama conceitual de *desenvolvimento* – primando pelas discussões economicistas e sociais que envolvem o discurso sobre o tema. Traz-se também reflexões sobre turismo com autonomia local, preservação de recursos naturais e humanos, além de temas como segregação socioespacial, turismo e inclusão social e desigualdade social, culminando com a apreciação de uma proposta de “Turismo Inclusivo” inspirada na discussão sobre “Turismo Harmonioso” defendida por Krippendorf – um dos autores pioneiros na crítica ao consumo, na valorização do meio ambiente, na busca por um turismo voltado para o autóctone. Tais questões aqui surgem a partir de uma metodologia concentrada em reflexão teórico-conceitual, baseada em produção bibliográfica, salientando impasses, mas também passos para um turismo de fato inclusivo e mais preocupado com o desenvolvimento das comunidades receptoras (sua mão de obra e identidade), da valorização do meio ambiente, e por uma gestão focada na participação popular, entre outras inquietações.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Turismo Inclusivo. Turismo Harmonioso. Jost Krippendorf.

## Turismo: qual o sentido do modelo de desenvolvimento vigente?

O que **lhes** (grifo meu) interessa é que a viagem seja empreendida. Visam, antes de mais nada, o crescimento no curto prazo do volume de vendas, e não ao DESENVOLVIMENTO no longo prazo de um turismo harmonioso (Krippendorf, 2003, p. 39).

O “lhes” anteriormente grifado enfatiza aqui não apenas um pequeno grupo de interessados (iniciativa privada), mas também uma diversidade de sujeitos e grupos dos mais diferentes interesses, muitas vezes antagônicos, controversos e arbitrários que circulam pelos caminhos decisórios na gestão do desenvolvimento alicerçado na atividade econômica do turismo. E é manifestando o desejo de melhor compreender esses sujeitos, suas ações e propondo uma reflexão sobre eles é que o suíço Jost Krippendorf (1938-2003), alicerça sua trajetória como pesquisador, discutindo temas atrelados à relação turistas e residentes, com foco no lazer, comportamento, consumo, meio ambiente e desenvolvimento.

Seja na perspectiva da experiência muitas vezes torpe da viagem (turistas) e no consumo desenfreado dos destinos e seus impactos (precursor das discussões sobre turismo

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - MG. Professor da Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR – UFRN. Email: ffazevedo@gmail.com

<sup>2</sup> Aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Turismo – UFRN e Professor do Curso de Turismo da UFRN. Email: micheljvs@hotmail.com

sustentável), seja na preocupação com o autóctone e propostas de desenvolvimento, Krippendorf contempla questões econômicas e sociais com alternativas que possam harmonizar a relação de seus atores - turistas, residentes, poder público e privado. Para melhor estruturar essa análise faz-se necessário um levante de apreciações de Krippendorf, mas também de outros autores que estudam o DESENVOLVIMENTO. Conceito esse que ainda está muito atrelado em grande parte do acervo científico e político mundial ao entendimento de crescimento e estabilidade econômica.

Apesar disso, nas últimas décadas este vem sendo redimensionado por pensadores com uma ótica menos reducionista do conceito, onde “o que importa, antes de tudo, é liberarmos-nos da influência de um paradigma mecanicista emprestado das ciências físicas e que se traduz principalmente por uma excessiva concentração de atenção sobre um volume da poupança e do investimento” (Sachs, 1986, p. 32). A partir da liberação de compreender o desenvolvimento levando em consideração apenas parâmetros que revelam exclusivamente o viés da lucratividade, e acumulação de capital de uma cidade, estado, região ou nação (Singer, 1982), abordagens feitas ao tema (nessa caso com a interface do turismo) acrescentam elementos agora que englobam todas as esferas da sociedade – poder público, iniciativa privada e sociedade organizada. Quanto a isso, Krippendorf (2003, p. 101) alerta que “hoje, o mundo inteiro começa a falar dos custos e dos benefícios do turismo para a economia, o meio ambiente e a sociedade, quando antigamente se tratavam apenas das vantagens e das questões econômicas”. E acrescenta que:

As teorias, os cálculos econômicos, os programas políticos e as doutrinas não são de nenhuma ajuda neste caso específico. Devemos ir além, invocando especialmente a intuição e a fantasia social, definidas com a aptidão de não crer no caráter definitivo da ordem estabelecida, de propor novos conceitos, de formular soluções substantivas (Krippendorf, 2003, p. 17).

Mesmo diante desse olhar mais flexível e avante, com uma nova concepção acerca do desenvolvimento, lugares e grupos ainda são infelizmente analisados a partir de modelos de gestão e marketing que se espelham na perspectiva mecanicista, com um viés meramente financeiro e consumista (Krippendorf, 1977), formulada normalmente nos moldes econômicos dos países hegemônicos. Territórios com históricos - formação cultural, recursos humanos e materiais, além de formas de apropriação do seu espaço - distintos, ainda podem ser infelizmente compreendidos e vítimas de ações propostas a partir dessa comparação desigual e discrepante.

É preciso alertar para esse entendimento comparativo – denunciando agravos na abordagem do desenvolvimento quando se refere principalmente a países subdesenvolvidos - que precipitadamente colocam os países desenvolvidos como exemplos a serem seguidos. Assim, desenvolver-se na ótica do subdesenvolvido está na ideia de que o *Éden* onde se pretende chegar é ao estado de país do primeiro mundo industrializado. Ou seja, “o desenvolvimento é o processo de passagem de um sistema (subdesenvolvido) a outro (desenvolvido)” (Singer, 1982, p. 26).

Esse entendimento quando explicitado por Krippendorf – seja quando retrata a Europa (campo de suas principais pesquisas), seja quando referencia cenários de países de “Terceiro Mundo” – como gostava de denominar – aponta claramente a força do mercado como o principal motivador das ações sobre os destinos turísticos, percebendo nele um papel de protagonista e também vilão, quando sobrepõe a complexa rede de interações que envolvem também a sociedade e sua escala de valores; o meio ambiente e seus recursos (como se seus recursos fossem infinitos), e o papel do estado e suas políticas públicas. Nessa dinâmica o CRESCIMENTO econômico parece ser equivocadamente sinônimo de DESENVOLVIMENTO:

O Estado é obrigado a adotar o aparelhamento econômico em expansão com uma infraestrutura cada vez mais onerosa (tráfego, abastecimento, eliminação dos resíduos – RECORRENTE PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE) e, ao mesmo tempo, desenvolver mecanismos de regulamentação que garantam o bom funcionamento da economia crescente. (...) E economia reina em nossa civilização. Ela é, ao mesmo tempo, a força motora, o fim e o meio. Ela dita a conduta a adotar. A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e a política caíram sob seu domínio e a ela estão subordinados. Houve uma “economização” de todas as esferas da existência (Krippendorf, 2003, p. 25).

Essa “economicização” – símbolo da busca constante pelo consumo – e que parece tornar-se a linha inalcançável e insaciável de chegada perpassa por todas as áreas da vida do indivíduo, e da vida em conjunto – da ordem social. E pensar assim é também entender que tudo tornou-se claramente objeto a ser consumido – devorado, destruído. Nessa perspectiva a experiência turística transcende seu caráter de encontro, de conhecimento do outro e auto conhecimento, da ludicidade, da hospitalidade; e passa a ser encarada como cenário-estante onde a oferta (destino) apresenta à demanda (turista) as paisagens a serem “devoradas”. Esse termo foi usado para expressar uma série de críticas que envolvem a “má educação” do viajante para a experiência turística, a superficialidade da viagem, a artificialização dos destinos, a segregação, e a degradação do meio ambiente – tendo como resultado um consumo desregulado e mau planejado.

*Cette exploitation effrénée masque deux evidences: les beautés de la nature sont assurément des biens gratuits, ce qui ne signifie pas pour autant qu'il soient disponibles en quantités illimitées. D'autre part, leur qualité et leur force d'attrait ne sont pas garanties por l'éternité. Toute exploitation abusive provoque des détériorations durables. Il est evident que l'industrie touristique ignore ces vérités pourtant frappants (Krippendorf, 1977, p. 48).*

Este desenfreadas máscaras de exploração apresentam duas evidências: as belezas da natureza são, certamente, bens livres, o que não significa que elas estão disponíveis em quantidades ilimitadas. Por outro lado, a sua qualidade e força de atração não é garantido pela eternidade. Qualquer abuso causa dano duradouro. É óbvio que a indústria do turismo ignora estas verdades mais marcantes (Krippendorf, 1977, p. 48).

Nessa visão em que o cuidado com o meio ambiente e o desenvolvimento da comunidade receptora podem ser substituídos pelo crescimento financeiro, à medida que cresce os turistas “devoradores” e em seguida os especuladores também “devoradores”, emerge o número de “devorados”, aqui representados pela natureza e residentes, que não encontram no turismo o sentido do bem receber espontâneo, mas o servir pensando exclusivamente no dinheiro. Essa receita que foge de uma visão mais libertária e coerente de desenvolvimento é mais visível em países desenvolvidos. Porém em regiões mais pobres, mas com potencial turístico e com maior urgência de divisas, a questão é mais crítica, sendo eles obrigados a importar mais para atender às necessidades turísticas. Além de outras questões problematizadas nas próximas páginas.

Diante da crítica feita não apenas por Krippendorf sobre a forma como o economicismo e a sobreposição de modelos de desenvolvimento, mas por outros autores direta ou indiretamente ligados ao fenômeno turístico, percebe-se a aproximação do tema DESENVOLVIMENTO, não mais vinculado exclusivamente às questões de ordem econômica, da produção, do capital globalizado. Reflexões que envolvem a ética, a liberdade e a participação popular na idealização, implementação, manutenção de mecanismos sócio-políticos ganham espaço destacável na atual forma de buscar o desenvolvimento. “Hoje o desenvolvimento turístico deve contemplar padrões associados ao mercado global, no entanto, aspectos locais devem ser pensados como estratégias diferenciais, além de proporcionar melhorias de qualidade de vida” (Nóbrega, 2013, p. 92).

Apesar de em algumas regiões projetos que envolvam o social ainda sejam considerados “despesa”, e injeção no econômico “investimento” - a *priori* do desenvolvimento, a qualidade de vida, a capacidade articuladora, transformadora da sua própria realidade, não apenas a partir de fatores financeiros, mas democráticos, que abarquem melhoria na educação, saúde, seguridade, e propriedade têm fatias consideráveis no “grande bolo” do desenvolvimento, não apenas em proposições de autores “visionários” (como é encarado Krippendorf), mas na realidade de alguns destinos ao redor do mundo. É preciso considerar inequivocamente que desenvolver requer liberdade, logo, equilibrar interpretações e ações de caráter economicista e enfoques humanistas e democráticos é certamente o maior desafio das administrações da esfera pública. Tal obstáculo a ser superado perpassa fundamentalmente, como já citado, pela ação de todo o grupo social. “Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública” (Sen, 2000, p. 32) como a própria política melhorada pela participação do povo.

Alcançar esse patamar de participação justa e eficiente do cidadão nas decisões do lugar é entendê-lo como o agente mais importante de todo o processo. É reconhecer nele a origem e a finalidade de toda decisão econômica, política e social. A população, desta forma, deixa seu papel de passividade nos projetos de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), para tornar-se a mentora do seu próprio modelo de desenvolvimento (inclusive através do turismo), que não está necessariamente alicerçado nos louros da produção, havendo

exemplos mundiais de regiões que deram saltos em setores como a saúde, educação, democracia, sem estar rico em divisas.

Todavia, essa maneira de alavancar o desenvolvimento recai sobre entraves (forças) econômicos, que sucumbem à capacidade reacionária de muitos grupos sociais. Tais forças têm um poder de manipulação que por ora sufoca esse ideal de desenvolvimento, que mais a frente será discutido pensando o “turismo inclusivo e harmonioso” inspirado naquilo que foi defendido por Krippendorf em várias de suas análises. O desemprego, a deficitária qualidade do ensino, a rede de comunicação vendida ou censurada, associada ao “desempenho dos governos estatais e municipais, que, via de regra, não estão suficientemente habilitados, técnica e politicamente, para assumirem suas funções” (Clementino, 2002, p. 129), tornam ainda mais tortuoso o trajeto.

Para além dessas pedras, outras se encontram no meio deste caminho. O processo de globalização, além de apresentar oportunidades, evidencia tendências que em países em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos merecem uma grande atenção. “Los Estados han perdido gran parte de la soberanía que tuvieron, y los políticos mucha de su capacidad para influir en los acontecimientos. (...) la era do Estado-nación ha terminado” (Giddens, 2000, p. 21). Isso é resultado de um *neoliberalismo* - caracterizado pela abertura para o mercado internacional e privatização de estatais – onde o papel do Estado e da sociedade civil se rendem aos interesses do capital, na contrapartida desse novo entendimento de desenvolvimento.

Na lógica econômica vigente de “livre comércio”, e que atinge até as regiões mais isoladas e despreparadas do planeta, a iniciativa privada de países desenvolvidos comumente destrutura a economia de subsistência de regiões onde se instala, reorganizando e homogeneizando práticas sociais. Quanto a essas pressões, Krippendorf (2003, p. 74) alerta:

Os mais prejudicados são os países mais pobres, que com mais urgência necessitam de divisas. Sendo menos desenvolvidos, são obrigados a importar mais, para ter condições de satisfazer as normas turísticas internacionais. Nos casos mais extremos, esses países veem desaparecer, assim, de 80% a 90% das receitas em divisas estrangeiras.

Para além da entrega ao estrangeiro, no caso dessas regiões mais vulneráveis, se percebe a decadência das economias tradicionais, o turismo então se apropriando rapidamente a seu rigor do território, visto sua grande capacidade organizativa e de investimento, que tem como pilar: o capital, a informação, e a tecnologia. (Gallero, 1995) Em uma racionalidade dominante que busca e facilmente consegue se impor, tais empresas transnacionais ou multinacionais (Yovell, 2002), se inserem em muitos casos no terceiro mundo com riscos pequenos de ônus em seus investimentos e recebem os mais “generosos” incentivos fiscais por parte dos Estados-nação para se instalar. “São apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas pelos seus aportes de emprego e modernidade”. (Santos, 2000, *apud* Gomes, 2008, p. 482)

Todavia, em vários casos, dentro e fora do turismo, oferecem postos de trabalho com salários inferiores, e não apresentam compromisso com o futuro do lugar onde se insere (impactos ambientais, sociais, e até mesmo sua desistência e saída do país quando considerar o investimento desinteressante). É neste contexto neoliberal que muitas vezes se insere a atividade turística em determinados destinos, sobretudo nos países pobres. Em alguns desses destinos a discussão acerca da liberdade e participação como meio e resultado desse processo já se consolida. Entretanto, ainda é comum a transposição de modelos e ações baseadas apenas no viés econômico, e em países ricos que mais emitem e recebem investimentos e visitantes do globo.

### **Desenvolver (crescer?) Para o turismo ou o turismo para desenvolver?**

Se, apesar de tudo, quisermos abordar o problema, devemos destruir o alcance normal da nossa reflexão intelectual (...) Devemos ir além, invocando especialmente a intuição e a fantasia social, definidas com a aptidão de não crer no caráter definitivo da ordem estabelecida, de propor novos conceitos, de formular soluções substantivas. (Krippendorf, 2003, p. 18)

Não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável. (Ascher, 1984, *apud*, Cazes, 1996, p. 80).

O desejo de avançar em propostas sobre como gerir o turismo de maneira mais “harmoniosa”, associado à premissa estabelecida por François Ascher, vem alertar pensadores e planejadores de maneira bastante direta acerca da forma como a atividade turística é visualizada em uma grande quantidade de destinos turísticos ao redor do mundo. E é exatamente sobre esse entendimento do turismo como fomentador de oportunidades de melhoria da qualidade de vida em um destino turístico que esse subitem pretende arrolar-se.

O setor turístico – e podemos retomar o terceiro mundo, inclusive – em muitos destinos é encarado como “a galinha de ovos de ouro”, a resolução de todo um processo histórico de estagnação econômica e social – conflitos, miséria. A implantação da atividade é vista frequentemente como quase que “milagrosa” solução para todos os problemas que afligem estes lugares: desemprego, divisas magras, infraestrutura capenga, setores da economia em decadência, entre outros problemas, que se pode observar nos pequenos e grandes centros urbanos, além de áreas rurais, litorâneas e de floresta.

Ele (o turismo) é visto como uma tábua de salvação para muitas regiões ditas afastadas. O único meio de frear o êxodo rural e melhorar as condições de vida da população nos lugares onde a agricultura não garante renda suficiente, onde a indústria não se implanta em razão de uma localização desfavorável e onde não haja nada mais a vender se não o sol, a paisagem, a neve ou o mar. Seria necessário “capitalizar” essas riquezas naturais. (Krippendorf, 2003, p. 75)

E essa capitalização envolve estratégias de desenvolvimento via turismo que podem ser evidenciados pelo crescente número de órgãos, políticas, programas e projetos para fomentar a agenda do turismo. O turismo pode até não ter virado ainda uma área de estudo com grande volume de artigos científicos, e se tornado uma disciplina legitimada e fixamente reconhecida quando comparado a outras áreas, como coloca Gaxiola (2010) e Panosso Neto e Nechar (2014). Entretanto, vem se destacando como setor econômico promovedor do “emprego e renda” nos palanques e nas agendas governamentais, que consideram possíveis de captar o desenvolvimento (econômico e social) quase que instantaneamente através dele e de qualquer forma.

Todas essas benesses prometidas são fáceis de alcançar a partir do turismo? As regras do jogo são simples e claras? Os riscos de gerar novos impactos e acentuar antigos problemas existentes nos destinos são conhecidos? A vitória dos autóctones é garantida? O meio ambiente – tão presente nas preocupações do autor – realmente agradecerá? Respondendo a todas essas perguntas com um “sim”, países desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos buscam investir no turismo, preparando uma infraestrutura exclusivamente para a atividade, sem considerar muitas vezes os obstáculos, os problemas, as particularidades – o cenário político, geográfico e econômico onde seu destino turístico está inserido (Rabahi, 2003). Então, o que acaba por ocorrer é uma sequência de equívocos que, não promovem avanços em postos de trabalho, e arrecadação de impostos (aspectos multiplicadores para a qualidade de vida local).

No sentido contrário ao que se almeja, os obstáculos para o desenvolvimento dos destinos podem se evidenciar ainda mais. Esse despreparo em monitorar o turismo corrobora para o uso indiscriminado do solo, da população e de outros recursos, por parte das empresas normalmente estrangeiras (hoteleiras, de agenciamento e transportes). Iniciativa privada essa que, seguindo os incentivos, e amansamento do Estado, na maioria dos casos intimidam o desenvolvimento de empresas locais e envia a maior parte dos resultados dos faturamentos para o seu país de origem.

Os postos de trabalho promovidos com a chegada dessas empresas e do turismo como um todo podem ser contabilizados, mas não são os mais rentáveis e justos para o autóctone. As análises políticas e econômicas de apoio a atividade turística quando se trata de empregos gerados pela atividade normalmente sublimam a precariedade destes trabalhos (sazonalidade, absenteísmo, subqualificação, baixos salários) e sua recorrência nas relações trabalhistas informais. Acrescenta-se mais um dado que incorre na ideia de que o turismo vem antes do desenvolvimento, e que em alguns casos acaba por gerar equívocos – o pensar no turismo como única ou principal fonte de renda (monocultura). Apostar “todas as suas fichas” na atividade turística é limitar investimentos a um setor extremamente sensível a catástrofes ambientais, entraves políticos e militares, problemas de saúde pública (epidemias), entre outros fatores.

Diante dos argumentos anteriormente citados, compreende-se aqui a ideia de que o desenvolvimento social, econômico e político é um fator importante para a implantação do turismo e de que o desenvolvimento do turismo na maioria dos destinos “está associado às

suas condições sócio-econômicas, basicamente ao nível de distribuição da renda, ao tamanho da renda, e às condições de acesso e proximidade do mercado” (Rabahi, 2003, p. 16). Ou seja, não é um determinante, mas um traço importante do “bom turismo” as condições básicas que o antecedem.

## **Qual o papel da população autóctone no desenvolvimento do turismo?**

Não percebemos que os autóctones estão cansados, talvez até mesmo enfastiados do turismo? Eles desejam libertar-se do jugo turístico, assumir seu destino, determinar pessoalmente o seu desenvolvimento, dele participando. (Krippendorf, 2003, p. 15)

Ao levantar o “cansaço” dos autóctones diante da ação do fenômeno turístico, que em diversos casos promoveu-se a partir da perda ou da baixa autodeterminação do residente das regiões-alvo do turismo, Krippendorf sugere levar em consideração atores que por ora não estão sendo relevados na gestão do turismo: a população fixa, o autóctone, o residente. A sua atuação é fundamental para o formato que esse fixo deseja dar para o turismo no seu lugar de moradia.

Considerar a população como um agente importante e indissociável das decisões - não apenas das forças que comandam o fenômeno turístico, mas de todas as que envolvem a vida em sociedade - é trabalhar uma das características fundamentais do “turismo harmonioso” de Krippendorf, mas também o ideal de desenvolvimento defendido por Sen (2000): a partir do princípio-base da liberdade – a capacidade do indivíduo agir e se relacionar livremente, com notório poder de decisões no seu próprio meio de vivências. Vale frisar que no contexto de discussões sobre o desenvolvimento duas análises se apresentam: a primeira que defende o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, levando em consideração fatores quantitativos como PIB e a segunda que concebe o desenvolvimento numa perspectiva qualitativa que valoriza o desenvolvimento social e a perspectiva do sujeito. Para Amartya Sen (2000) uma concepção adequada deve ir além das variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar além dele. Ou seja, é preciso valorizar a condição do sujeito em sua totalidade, em seu espaço vivido, o sentido de liberdade que este disfruta.

É necessário que os idealizadores de destinações turísticos comecem a valorizar o autóctone, e estruturar, em parceria com ele, o plano de desenvolvimento daquele lugar, dentro dessa nova vertente que passeia pela criação de canais de participação do residente. Entretanto, assim como em outras esferas de decisão, em muitos destinos turísticos ao redor do mundo, a participação local não ocorre com frequência. A população pode ser segregada de muitas formas pela atividade turística, e certamente a primeira é a de sua liberdade na participação, no envolvimento com a decisão de se alterar, mercantilizar, multar, controlar o território. E enquanto representante dos interesses dessa população, o setor público tem a obrigação de encontrar instrumentos para estabelecer um diálogo com



os residentes e canalizar os interesses da iniciativa privada, promovendo a equitação dos louros advindos da atividade.

É responsabilidade do planejador optar por concentrar os benefícios econômicos do desenvolvimento turístico em poucas mãos ou difundi-lo para todos os setores da sociedade local, elevando o nível econômico da população como um todo. Como consequência, eleva sua qualidade de vida, diminuem as diferenças sociais, os conflitos, a violência. (Mendonça, 1995, p. 24).

Para atender a esse prerrogativa que aponta para os anseios do residente, não apenas Krippendorf, mas muitos são os autores que apontam iniciativas que envolvem o morador. “Muitas são as regiões no mundo onde foi introduzido o processo gerador de um política do turismo, nova e diferenciada. Desde então, as populações vêm esforçando-se para ter de voltar a soberania no que se refere às decisões importantes” (Krippendorf, 2003, p. 106), em que sua participação nas decisões ganha peso. A difusão dentro e fora das academias, dessas ideias de desenvolvimento endógeno, vem se consolidando em diversos destinos turísticos. O turismo é e pode ser encarado como um vetor econômico transformador, promotor de emprego, renda entre outros benefícios. Porém é preciso encará-lo de maneira articulada, participativa e consciente. E muitos são os destinos onde o residente vem alcançando capacidade crítica de encará-lo para melhor desenvolvê-lo (Ramos, 2010). Caso contrário, o resultado de um destino mau planejado.

Muitas regiões turísticas liquidam seus recursos, sem se dar conta de que estão perdendo, cada vez mais a própria independência. Eles se desfazem da vaca, em vez de vender o leite. Os exemplos são imensos, em que a população nativa vendeu o solo por preços baixíssimos a terceiros como terrenos para a construção, deixando, assim, escapar das mãos o trunfo mais importante na luta pelo controle do desenvolvimento econômico. O produto da venda é usado para financiar as necessidades mais urgentes. E quando, afinal, os preços dos terrenos aumentam, os autóctones, uma vez mais, são prejudicados, pois outras pessoas detêm o bom negócio. Ao final, chega-se, às vezes, à situação em que o preço dos terrenos e os alugueis pagos pelos estrangeiros são tão elevados que um autóctone não pode mais se dar ao luxo de morar na própria comunidade, e muito menos de construir uma casa para morar. Essas condições já ocorrem em diversas aldeias ditas turísticas. (Krippendorf, 2003, p. 77)

A segregação social pode vir a ocorrer de diversas formas, não sendo apenas a expulsão um exemplo a ser corrigido. A criação de guetos turísticos, bolhas turísticas, simulacros, onde a experiência do visitante é manipulada para o “desencontro” com o residente e sua realidade são também reprováveis, porém presente em diversos destinos turísticos. “Um universo perfeito demais, artificial, montagem que quase sempre se distancia da realidade. Um ambiente de férias repleto de superlativos em cor-de-rosa (...) Ninguém poderia formar que os clichês iludem o mundo. No entanto, parece que é agradável deixar-se seduzir por eles. (Krippendorf, 2003, p. 41)

Essa observação promove uma discussão quanto aos resultados da inserção desse setor não mais nos planos e promessas do governo e da iniciativa privada, mas na realidade - no cotidiano do cidadão comum, que deveria ser o princípio e o fim dos louros do turismo. Entretanto, assim como o entendimento de desenvolvimento, e a forma de participação popular, o resultado no dia-a-dia do autóctone é muitas vezes tímido ou imperceptível. Normalmente, o residente passa a deparar-se com um muro – um *apartheid* ora invisível, ora concreto – que o separa dos espaços turísticos (que em muitos casos antes lhes pertencia) e dos empregos formais e bem remunerados oferecidos pela atividade. E o que está além desse muro é o exercício da descaracterização de sua representação cultural. Criando de fato, pseudo-cidades diferenciadas de seu entorno, que ocupam o mesmo espaço das “originais”, que de são batizadas com o mesmo nome, mas que desdobram seus dias sem se relacionar, a partir da edificação de guetos turísticos.

Os turistas em guetos formam reservas artificiais, construídas sob medida. Essa categoria compreende todos os novos complexos hoteleiros, as cidades, parques e loteamentos de férias que não nasceram do desenvolvimento de uma aldeia (...) com exceção de alguns empregados autóctones. Os centros bastam-se a si mesmos. Não há necessidade de sair, pois lá dentro existe tudo o que se quer. Turistas chegam pelo caminho mais curto, inclusive no melhor dos casos que é a via aérea. (Krippendorf, 2003, p. 56).

As formas de apropriação do turismo pelo destino – ou seria do destino pelo turismo? – são diversas, e nem sempre respeitam os direitos humanos, ou seja, o direito de SER. Essa apropriação implica conhecimento e investimento e, ao mesmo tempo, a expulsão, explícita ou não, de antigos ocupantes. Essa expulsão, guiada pelos altos investimentos, gera mudança em todas as esferas do cotidiano local, promovendo todas as formas de valoração do TER. Além da destruição das formas de trabalho tradicionais, a chegada do turismo pode promover a carestia de bens e serviços agora oferecidos no lugar, a transformação urbana, a desvalorização dos hábitos, cultura do autóctone, a segregação e possível desestruturação social local como um todo, e perda inclusive da autenticidade paisagística e arquitetônica construída ao longo de sua história.

*Le choc entre le patrimoine qui s'est constitué au fil des années, acquérant une valeur historique, et les nouvelles formes d'exploitation prend des proportions tragiques. on ne connaît pratiquement pas d'exemples réussis d'intégration de nouvelles constructions dans un cadre original.*

O confronto entre o patrimônio que se tem construído ao longo dos anos com a aquisição de um valor histórico, e novas formas de exploração toma proporções trágicas. Mal sabemos de exemplos de integração bem sucedida de novas construções em um ambiente original. (Krippendorf, 1977, p. 70)

Assim, receber o turismo em determinados lugares, quando mal planejado, sobretudo sem a participação popular, é reconhecer o risco de tais impactos ocorrerem, sendo

necessário levar em consideração as mudanças no cotidiano dos residentes, que deixam suas atividades tradicionais em nome do turismo. Para além disso, ocorre o aumento do consumo de energia elétrica, água, e conseqüentemente o padrão de vida daquele lugar. E nem sempre se faz tais ressalvas para promover esses novos destinos. Inúmeros são os casos de regiões litorâneas do nordeste brasileiro, por exemplo, onde os ofícios tradicionais deram lugar a subempregos. Dessa forma, apegar-se ao discurso de que o turismo gera emprego nessas regiões, é ingenuamente acreditar que pessoas, na maioria das vezes sem instrução, experiência alguma em qualquer outra atividade se não a que lhes garantiu a sobrevivência, terão oportunidades coerentes no turismo.

Do outrora desses lugares e resquícios da presença dessas pessoas às vezes resta muito pouco, a não ser a parcela local que se insere na atividade, e fragmentos desse passado - que também é apropriado pelo turismo, e que serve de recurso para a experiência fictícia turística. O visitante se instala numa bolha, onde toda a experiência de viagem é manipulada para o “desencontro” entre turistas e residentes, em que o autóctone encontra-se na condição de estranho em sua própria região. São eles enquadrados pelo turismo como uma classe de “pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético, portanto, por sua simples presença (...) poluem a alegria com a angústia” (Bauman, 1998, p.27).

O resultado é uma viagem maquiada pelos operadores turísticos. Normalmente, o turista não aprende nada, ou quase nada, acerca do cotidiano e realmente das regiões visitadas. Isola-se à sobra dos guarda-sóis da indústria do turismo. Essa que cria e recria cenários para atender às exigências do que foi criado como expectativa no turista ainda no seu local de emissão. “Assim, nascem as localidades turísticas de operetas que não têm mais nada a ver com a realidade e não passam de meras montagens de cenários artificiais” (Krippendorf, 2003, p. 55).

E à medida que o mercado turístico sobrepõe e subjuga o local, a construção socioespacial da comunidade se perde na especulação desses equipamentos e novos costumes, que unidos a cada vez maior ausência de residentes, abre caminho para os interesses apenas do capital. Capital esse que objetiva tornar o destino em um *pseudo-lugar* (Cruz, 2007), uma invenção, uma faceta de lugar. Tratam-se de verticalidades e induções que via-de-regra desvalorizam e muitas suprimem o que existe de articulação social, coletiva e horizontal. São, portanto, vetores de hegemonia tal que são capazes de estabelecer controle total sobre determinados espaços, citadinos, praias, montanhas, territórios diversos. Entretanto, em muitos casos, o máximo que se consegue é reproduzir algo sem atribuir-lhe o sentido que o mesmo merece (Yazigi, 2002), fazendo do lugar alegorias fora do contexto, inserindo elementos desconectados para representar o destino, ou ainda padronizando espaços para atender ao turismo.

### **Mas em que consiste esse “turismo inclusivo” e “harmonioso”?**

Desejamos, pois, um futuro no qual possamos encontrar ou reencontrar um estado de equilíbrio, “um mundo harmonizado, onde cada parte seja um

centro que não viva às custas das outras, mas de acordo com a natureza e solidário com as gerações futuras (Krippendorf, 2003, p. 31).

Em praticamente todo o seu trabalho de pesquisador sobre o turismo, Krippendorf parece preocupar-se em não apenas fazer uma crítica ao capital e as suas ações diante da atividade turística. Mas em propor condutas que - para ele – promoveriam um turismo mais preocupado em minimizar os impactos e que se mostram a partir de uma ação turística despreocupada com o manejo do destino turístico, e com todos os seus atores e cenários (residentes e seu patrimônio).

Nessa agenda (quadro 01) - que se mostra de maneira bastante estruturada no último capítulo de seu mais famoso livro (*Die ferienmenschen - Sociologia do Turismo*), o autor se convence de que é preciso pensar literalmente em um “turismo suave” que promova o aprazimento de todos os atores, mas que isso não atinja os recursos ambientais e sociais – que atue sobre uma política de marketing honesto, decente e ético (Krippendorf, 1971) e que priorize o desenvolvimento de políticas de turismo que que preserve a natureza, a cultura, e a sociedade, o que também se pode referenciar como turismo inclusivo, isto é, que promova a inclusão dos que habitam as comunidades e lugares onde o turismo se instala e não o contrário. Que valorize a racionalidade do território em sua totalidade, onde os indivíduos possam manifestar seus valores, seus saberes, experiências do cotidiano e nesse contexto a interação positiva entre autóctones e visitantes se torne um elemento definidor do tipo de turismo que possa vir a ser.

#### **Quadro 1 – Elementos do turismo harmonioso**

<i>Da filosofia das estratégias</i>
Pregar um turismo suave e humano
Desenvolver um espírito crítico sobre o turismo atual
Liberdade e participação na política de lazer e turismo
Compreender as características e interesses do turista
Estudar a capacidade de carga e melhor distribuir fluxos turísticos
Valorizar o encontro e relações igualitárias entre turistas e residentes
<i>Do conceito do desenvolvimento HARMONIOSO do turismo</i>
Incentivar a atividade econômica do turismo, mas não como monocultura
Priorizar e conciliar o interesse de visitantes e visitados
Manter o poder e controle do território nas mãos dos autóctones
Orientar adequadamente os investidores quanto à direitos e deveres
Valorizar a mão de obra local
Destacar e cultivar o caráter local e nacional do turismo
<i>Gueto ou não gueto, eis a questão</i>
Reconhecer as vantagens dos centros turísticos artificializados
Incentivar fórmulas tradicionais e alternativas de turismo, respeitando seus limites
<i>Viajante consciente – conselhos e exercícios para um comportamento consciente</i>
Busca pelo auto conhecimento e contato com o outro
Ser um turista consumidor crítico
Respeitar o próximo (autóctones e turistas)
Valorizar viagens para lugares menos distantes – Evitar “pular” de um lugar para outro sem conhecê-lo mais profundamente – Ficar em casa de vez em quando

<i>A escola do turismo</i>
Praticar um marketing honesto e responsável
Treinar melhor os responsáveis pelo turismo
Conscientizar o turista a ter melhores condutas
Informar países receptores sobre os problemas possíveis com o advento do turismo
Preparar e educar as pessoas para viagem

Essa suavidade defendida também passa pela humanização da viagem, prezando pela indução de experiências que deixem os turistas com melhores condições de contato com o residente, para além de envolvidos em um espírito crítico sobre a sua prática, gerando mais comunidade e menos isolamento, mais solidariedade e menos egoísmo. Porém, para alcançar essa “harmonia” é preciso que haja também cooperação e arranjos entre os operadores do turismo e as comunidades receptoras. “É preciso pois, encontrar formas de colaboração fundamentadas na reciprocidade, na igualdade de direitos e solidariedade”.(Krippendorf, 2003, p. 160)

Tentando conciliar as necessidades do autóctone, dos operadores turísticos e turistas, o autor também propõe o encorajamento a uma economia diversificada, que não esteja vinculada única e exclusivamente à atividade turística. E quando as fichas forem apostadas no turismo, que em favor do autóctone, haja a valorização da mão de obra e cultura local como condutas fundamentais para pensar um destino turístico digno para os verdadeiros donos do solo. Apesar de destacar a valorização da cultura e maior interação entre turistas e residentes, os “guetos turísticos” (a exemplo de resorts) não são de todo condenáveis nessa visão. Basta que promovam o benefício econômico do entorno, através de empregos de qualidade e preservação da natureza.

Todavia, estando sempre a favor da maior interação e formação de um turista mais crítico, sugere claramente a criação de mecanismos de interação entre autóctones e turistas com a consolidação de novas práticas turísticas, à exemplo de oferta de caminhadas sociais, turismo de solidariedade no terceiro mundo, locação de quartos em residências, ou troca de residências. Essas viagens permitiriam a transformação do atual turista (acrítico e de certo modo alienado em alguns momentos) em viajante mais consciente e aberto para o autoconhecimento a partir da relação com outras culturas e realidades, preocupado também com o destino a ser visitado.

### **Considerações finais: contribuições para o equilíbrio**

Se basear nas discussões e contribuições de Krippendorf para refletir acerca da interface turismo e desenvolvimento – discussão tão necessária na contemporaneidade - é reconhecer quão “avante”, visionário e na mesma medida coerente e sóbrio foi o seu trabalho para pensar uma nova forma de conceber a atividade turística, sem negligenciar qualquer um de seus atores (residentes, turistas, trade), e seus recursos naturais e culturais. O desafio de Krippendorf talvez tenha sido recorrentemente, a partir de um olhar perspicaz e crítico sobre o capitalismo, problematizar e convencer que é possível o desenvolvimento pelo turismo respeitando limites e valorizando o equilíbrio. Mesmo podendo trazer uma

série de casos recentes de impactos negativos advindos da má gestão do turismo ao redor do mundo, não se pode negar o quão importante foi esse entendimento de turismo HARMONIOSO para edificar ideias concretas de sustentabilidade ambiental, respeito entre povos, e valorização do autóctone, portanto, importante para se pensar e se defender um turismo inclusivo.

Todavia, diante das pressões do capital e do processo feroz da globalização, é preciso avançar na emancipação desse turismo suave, abarcado teoricamente por Krippendorf, mas que ainda necessita ser mais difundido para amenizar as ações conflitantes entre o poder do capital turístico, as articulações na esfera estatal, e necessidades do cidadão comum. Essa é uma tarefa que deve ser refletida no pensamento científico do turismo, mas também na base da coletividade. Sendo assim, mais do que visto como oportunidade de desenvolvimento, o turismo possa ser um fenômeno social aprazível e de fato se constitua enquanto vetor de desenvolvimento garantindo e ampliando as liberdades individuais e grupais onde este se espacializa.

## Referências

- Augé, M. (1994). Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papyrus.
- Azevedo, F. Figueiredo, S., Nóbrega, W., Maranhão, C. (2013). Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In Azevedo, F. Figueiredo, S., Nóbrega, W., Maranhão, C. (eds) Turismo em foco (pp. 11-27). Belém: Naea.
- Carlos, A. (1996). O turismo e a produção do não-lugar. In Carlos, A., Cruz, R., Yázigí, E. (eds) Turismo: espaço, paisagem e cultura (pp. 25-38). São Paulo: Hucitec.
- Calvino, Í. (1990), As Cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cazes, G. (1996). Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In Rodrigues, A. (ed) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais (pp. 77-85). São Paulo: Hucitec.
- Clementino, M. (2002). Políticas públicas e promoção econômica das cidades. In Valença, M., Gomes, R. Globalização & Desigualdade (eds) (pp. 122-135) Natal: A.S. Editores.
- Cruz, R. (2007). Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca.
- Gallero, A. L. (2001) El impacto de la globalización sobre el turismo. In Rodrigues, A. (ed) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. (pp. 33-38) São Paulo: Hucitec.
- Gaxiola, N., 2010, Hacia una epistemologización del discurso turístico. In: Nechar, M.; Panosso Netto, A. (Orgs.). Epistemología del turismo: estudios críticos. (pp. 41-52) México: Trilhas.
- Giddens, A. (2000). Um Mundo Desbocado: los efectos de la globalización en nuestras vidas. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones.
- Gomes, C. (2008) Da globalização em curso para uma outra globalização: processos de remodelação no espaço do Rio Grande do Norte, Globalização e Marginalidade. (pp. 481-492)Vol.2, Natal: EdUFRN.
- Krippendorf, J. (2003). Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph.
- Krippendorf, J. (1977) Les devoreurs de paysages: le tourisme doit-il de truire les sites out le font vivre? Lausanne: Editions 24 heures.

- Krippendorff, J. (1971). *Marketing et tourisme*. Berne: RFA.
- Mendonça, R. (1996). Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In Lemos, A. (ed) *Turismo: impactos socioambientais*. (pp. 19-25) São Paulo: Hucitec.
- Nóbrega, W. (2013). Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços do estado do Pará. In Azevedo, F. Figueiredo, S., Nóbrega, W., Maranhão, C. (eds) *Turismo em foco* (pp. 92-115). Belém: Naea.
- Panosso Netto, A.; Nechar, M. (jan./mar. 2014) Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. In: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo.
- Rabahi, W. (2003). *Turismo e Desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Barueri: Manole.
- Ramos, S. (2010). Turismo e desenvolvimento local: uma “viagem de inclusão?”. In: Ramos, S.; Cerdan, L. *Turismo, políticas e desenvolvimento humano* (pp. 15-38). Porto Alegre: Asterisco.
- Rodrigues, A. M. (2000). Desenvolvimento sustentável e atividade turística, in Serrano, C, Brunhs, H., Luchiar, M. (eds) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. (pp. 171-188) Campinas: Papyrus.
- Sachs, I. (1986). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento com Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, P. (1982), *Desenvolvimento e Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Yázigi, E. (2002) *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto.
- Yovell, R. (2002), *Turismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto.